UNIVERSIDADE

A ACADEMIA EM EXAME

Pesquisa inédita realizada em 14 países revela que professores universitários vêem profissão com otimismo, mas queixam-se dos salários; brasileiros consideram-se influentes na opinião pública

CRISTIANE SEGATTO

Otimismo surpreendente desponta no ambiente acadêmico. O primeiro estudo comparativo sobre as aspirações de professores universitários de 14 países indica que mais de 60% deles acreditam viver um momento especialmente criativo, em meio a boa atmosfera intelectual e com chances de investir em suas próprias idéias. A maioria dos profissionais voltaria a escolher a atividade acadêmica caso tivesse a chance de iniciar novamente a carreira. Baixos salários, porém, ainda representam uma queixa generalizada.

Coordenada pela Carnegie Foundation — instituição americana dedicada a análise sobre o ensino —, a pesquisa foi aplicada a algumas nações que possuem sistemas universitários bem desenvolvidos: Austrália, Brasil, Chile, Inglaterra, Alemanha, Hong Kong, Israel, Japão, Coréia, México, Holanda, Rússia, Suécia e Estados Unidos.

O relatório recém-divulgado nasceu da compilação de 20 mil questionários respondidos entre 1991 e 1993. Cada documento continha 200 itens que exigiam cerca de uma hora para ser preenchidos.

PROFISSIONAIS ADMITEM QUE CARREIRA UNIVERSITÁRIA PERDEU PRESTÍGIO NOS ÚLTIMOS ANOS

No Brasil, foram selecionados mil profissionais de instituições públicas e privadas de variados perfis. O trabalho foi organizado pelo atual presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Simon Schwartzman, e pela pesquisadora e professora do Departamento de Ciência Política do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes) da Universidade de São Paulo (USP) Elizabeth Balbachevsky.

Vocação — "Esperávamos encontrar um alto grau de insatisfação na amostra internacional, mas o otimismo inesperado pode ser explicado pela adesão do professor a sua vocação e à valorização dos ganhos subjetivos oferecidos pela profissão", explica Elizabeth.

Curiosamente, os resultados positivos convivem com a certeza de que a profissão acadêmica perdeu prestígio nas últimas décadas. Tal convicção é mais forte no Brasil, onde 78% dos entrevistados vêem o status da posição em declínio. Inglaterra (73%), Coréia (69%) e Japão (65%) vêm logo a seguir.

"A perda de prestígio é um fenômeno internacional provocado pela massificação do ensino superior", comenta a pesquisadora. "No início dos anos 60, o reconhecimento social de um professor de universidade pública correspondia ao de um juiz."

Enquanto 63% dos acadêmicos coreanos acreditam figurar entre os mais influentes líderes de opinião, apenas 11% dos ingleses demonstram essa convicção. O Brasil, onde 39% dos profissionais compartilham esse ponto de vista, ocupa o 3º lugar no ranking.

Liderança — Uma explicação possível para esse fenômemo reside no vão que separa a minoria culta da grande massa com baixo nível educacional. "Diante do alto índice de analfabetismo brasileiro, é natural que pessoas com nível elevado sejám mais respeitadas como líderes de opinião", acredita o chefe do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Moreira.

O prestígio não se reflete em reconhecimento financeiro. Na maioria dos países, os acadêmicos estão na faixa entre 40 e 50 anos, integram a classe média e recebem salários regulares ou ruins (com exceção da Holanda e de Hong Kong, onde mais da metade dos profissionais considera ter vencimentos bons ou excelentes).

Ao contrário do quadro verificado nos países desenvolvidos, grande parcela dos profissionais da América Latina mantêm contratos de tempo parcial com as instituições e são obrigados a recorrer a atividades extras (como consultorias e prestação de serviço) para aumentar a renda familiar. No Brasil e no México, os professores dedicam mais de 10 horas semanais a atividades extracâmpus necessárias à manutenção financeira.

Na hora de ponderar prós e contras, no entanto, os professores valorizam prazeres intrínsecos à atividade como liberdade acadêmica, tempo de trabalho flexível e satisfação com os cursos ensinados. O retrato positivo captado pela Carnegie Foundation surpreendeu os próprios organizadores. Eles concluíram que os acadêmicos miram o futuro com preocupação, mas com imprevisto otimismo.

SABATINA GLOBAL

O retrato da profissão acadêmica em 14 países

A maioria dos entrevistados considera-se feliz com os cursos que ensina. Os Estados Unidos lideram o ranking com 86% de profissionais satisfeitos. Os brasileiros aparecem em 10º lugar (64%) e os japoneses ocupam a última posição (54%).

Poucos professores mudariam de profissão caso tivessem uma segunda chance. Em Israel, 85% dos acadêmicos não escolheriam outra ocupação. Os brasileiros despontam em 4º lugar entre os mais satisfeitos com a escolha profissional (78%). O Japão ocupa a lanterninha (54%).

Baixos salários são reclamação generalizada. Enquanto o Chile apresenta o maior índice de profissionais insatisfeitos (95%), Hong Kong aparece no extremo oposto (28%). O Brasil ocupa a 9º posição (75%).

Os brasileiros valorizam a afinidade com a Instituição onde trabalham em grau superior ao demonstrado pelos colegas estrangeiros. 76% deles consideram muito importante ter uma boa identificação com a universidade, enquanto apenas 8% dos alemães superestimam esse relacionamento.

O interesse pela pesquisa supera a preferência pelo ensino em todos os países desenvolvidos, com exceção dos Estados Unidos, onde 63% dos profissionais preferem lecionar. O maior índice de afinidade com a pesquisa aparece na Holanda (76%). Nas nações em desenvolvimento, predomina a escolha pelas salas de aula. A Rússia aparece no topo da lista (68%) e o Brasil na quinta posição (62%).

A publicação de trabalhos científicos funciona como importante critério de seleção de pessoal na maioria dos países, mas no Brasil esse parâmetro é pouco utilizado. Apenas 25% dos acadêmicos acreditam que dificilmente uma pessoa assumiria uma posição no departamento sem divulgar pesquisas. O índice mais alto (81%) aparece em Israel.

A pressão para realizar pesquisas além da capacidade individual é mais acentuada no Chile, onde 38% dos profissionais dizem-se coagidos a produzir mais do que poderiam. No Brasil, apenas 13% dos acadêmicos relataram esse sentimento, que só é menos citado na Rússia (12%).

Os acadêmicos acreditam estar entre os mais influentes líderes de opinião. A auto-estima está em alta na Coréia, onde 63% demonstram essa convicção. Os brasileiros aparecem em 3º lugar (39%), enquanto os ingleses ocupam o fim da lista (11%).

A proteção à liberdade acadêmica predomina em Israel, onde 92% dos entrevistados relataram que ela é fortemente resguardada. Os menores índices aparecem no Brasil (38%) e na Rússia (16%).

O desempenho dos profissionais é regularmente checado em todos os países, segundo os entrevistados. No Brasil, 93% dos professores declaram ser submetidos a avaliação. Os índices mais baixos aparecem na Alemanha (42%) e no Japão (45%).

O Brasil lidera o ranking dos países onde o respeito aos acadêmicos está em declínio. 78% dos profissionais acreditam na redução do prestígio da categoria. Na Suécia, essa insatisfação preocupa 43% dos entrevistados.

O PERFIL DO PROFESSOR BRASILEIRO

As principais conclusões reveladas por 1.000 profissionais de todo o País

30% **dos acadêmicos são doutores com dedicação em tempo integral** Apenas essa pequena parcela reúne os requisitos que tradicionalmente definem a profissão acadêmica. Segundo os padrões internacionais, a maioria dos acadêmicos brasileiros não demonstra boa qualificação e teria dificuldades de manter-se em um ambiente competitivo.

83% **nunca trabalharam em parceria com colega estrangeiro**

34% **têm pais com grau de escolaridade inferior ou igual à 4ª série primária**

74% **não viajaram recentemente ao Exterior para estudo ou pesquisa** Pouco interessados em trocar informações com pesquisadores de outros países, os acadêmicos crêem na auto-suficiência, uma tendência histórica típica do povo brasileiro.

35% **são filhos de pessoas com grau universitário** A posição universitária representa possibilidade de ascensão social para metade dos acadêmicos. Para a parcela restante, ela significa apenas a perpetuação da posição familiar.

40% **são mulheres** A proporção feminina nas universidades brasileiras é a maior entre os países participantes da pesquisa. A parcela surpreendeu os organizadores, já que nos anos 60 as mulheres eram ínfima minoria entre os estudantes de nível superior. Em geral, elas não têm doutorado, trabalham em tempo integral e recebem menores salários.

Fonte: Carnegie Foundation

Estudo levou em conta perfil heterogêneo do Brasil

Coordenadores do trabalho identificaram três diferentes tipos de instituições

O perfil heterogêneo do sistema de ensino superior no Brasil foi considerado durante a escolha dos profissionais que formariam a amostra nacional. Os coordenadores do trabalho identificaram três diferentes fatias de instituições. No topo da pirâmide, aparecem dez universidades de qualidade, com alta proporção de doutores e importantes líderes de pesquisa.

Na segunda camada, despontam instituições públicas menos voltadas ao desenvolvimento da pesquisa. Com alta proporção de professores empregados em tempo integral, elas mantêm poucos doutores com experiência na função de orientadores. O último grupo abriga a maioria das escolas do setor privado, mais dedicadas à formação para o trabalho e pouca tradição acadêmica.

"Não é verdade que o ensino privado seja homogeneamente ruim", afirma a pesquisadora do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes) da Universidade de São Paulo (USP) Elizabeth Balbachevsky. Para ela, as entidades particulares buscam a qualidade investindo no campo da formação prática, enquanto o setor público prioriza a pesquisa.

Elizabeth argumenta que perseguir um modelo único de ensino para todo o País é um erro porque as instituições apresentam perfis e demandas diferentes. "Nem sempre a qualidade de ensino depende da pesquisa, que encarece as universidades e perpetua um modelo elitista", explica. "A USP é um exemplo disso, afinal custa 9% do ICMS do Estado mais rico do Brasil e atende só 10% de seus alunos", comenta.

MODELO ÚNICO DE ENSINO É CRITICADO

Para envolver todos os tipos de organizações no levantamento brasileiro, os coordenadores sortearam acadêmicos de quatro das dez melhores universidades do País. Em seguida, selecionaram professores de oito instituições da Região Sudeste (sendo cinco de grande porte e três pequenas). Duas universidades grandes do Nordeste, duas do Sul e duas do Centro-Oeste engrossam a amostra, composta também por uma pequena instituição nordestina e outra do Sul.

Pressão para produzir é pouca, dizem acadêmicos

Pesquisa mostra que no Brasil a cobrança por resultados está longe de ser preocupação

A cobrança por resultados está longe de ser uma preocupação dos acadêmicos brasileiros. Apenas 13% declararam sentir freqüente pressão para produzir mais do que poderiam. Taxas semelhantes apareceram em Israel (13%) e na Rússia (12%). Os chilenos (38%) lideram o ranking dos submetidos a esse tipo de pressão.

"No Brasil, as exigências são mínimas e o pesquisador não sofre nenhuma pressão para ir além do possível", acredita o professor do Instituto de Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Amir Caldeira. Nos primeiros lugares da lista dos pesquisadores mais produtivos do País, Caldeira acredita que a pressão funciona como um instrumento saudável quando baseada em critérios para julgar qualidade.

"Deve haver cobrança para que o pesquisador invista em temas científicos importantes para o momento e não em elocubrações mentais", acredita. Caldeira discorda do critério de avaliação baseado exclusivamente no volume de orientandos ou no número de trabalhos publicados. "É melhor formar apenas três bons alunos em vez de dez com teses impublicáveis."

EXIGÊNCIAS SÃO CONSIDERADAS MÍNIMAS

Outro indicativo lastimável apareceu no item sobre os critérios de seleção dos profissionais. Mais da metade dos acadêmicos brasileiros discorda que seja difícil assumir um cargo universitário sem publicar trabalhos científicos. Índices parecidos aparecem na Coréia (48%) e no México (48%). Na Alemanha, apenas 14% acreditam nisso, assim como 17% dos norte-americanos.

Poucas instituições brasileiras consideram o valor dos trabalhos publicados no momento da contratação de profissionais. Para Caldeira, apenas as cinco universidades mais conceituadas estariam preocupadas em absorver pessoas com titulação mínima. "No nosso Instituto de Física, exigimos pós-doutoramento mesmo de profissionais interessados em ocupar uma posição temporária", conta.

O professor critica a tendência generalizada pela qual os alunos formados pelos departamentos tendem a ocupar um cargo sem passar por processos de seleção. "Esse fenômeno de endogenia é um erro porque absorve-se um ex-aluno sem submetê-lo à concorrência com outros profissionais", acredita.

Segundo o relatório da Carnegie, 93% dos acadêmicos brasileiros afirmam ter suas atividades de ensino freqüentemente avaliadas, inclusive pelos próprios alunos. Essa média só é superada pelo resultados americanos (97%) e inglês (94%). Os coordenadores ainda se perguntam qual é o conceito de avaliação conhecido pelos acadêmicos brasileiros, já que raramente eles são submetidos ao olhar crítico de chefes ou estudantes.

Já o desempenho dos alunos foi considerado sofrível em toda a amostra internacional.

UNIVERSIDADE

DE COSTAS PARA O MUNDO

Auto-suficiência dos acadêmicos brasileiros e o pouco relacionamento com a comunidade internacional chamaram a atenção dos pesquisadores da Carnegie Foundation

Os acadêmicos brasileiros cultivam a auto-suficiência e pouco se relacionam com a comunidade internacional. Indesejável em qualquer ambiente de criação intelectual, esse sinal chamou a atenção dos pesquisadores da Carnegie Foundation. Apenas 17% dos entrevistados trabalharam com um colega estrangeiro, enquanto 63% deles não viajaram ao exterior para estudo ou pesquisa nos três anos anteriores ao levantamento.

"Com a globalização, o isolamento dos brasileiros cria um dilema a mais porque o pesquisador nunca sabe até que ponto o conhecimento que está sendo criado é relevante ou inédito do ponto de vista internacional", comenta a pesquisadora do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes) da Universidade de São Paulo (USP) Elizabeth Balbachevsky.

QUASE TODOS OS TRABALHOS CIENTÍFICOS SÃO ESCRITOS EM PORTUGUÊS

A professora constata que apenas 8% dos acadêmicos possuem um perfil de ativa inserção internacional. Menos de 1% dos artigos divulgados no exterior são de autores brasileiros. "A maior parte das publicações científicas brasileiras é escrita unicamente em português, um sinal de nosso baixo grau de internacionalização", afirma.

Marca — A mania da auto-suficiência ultrapassa os muros universitários e aparece como uma marca de toda a sociedade brasileira, acredita o diretor do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), Walter Colli. Um dos pesquisadores mais citados no exterior em sua área, Colli contabiliza 87 publicações, 20 com colaboração de colegas estrangeiros.

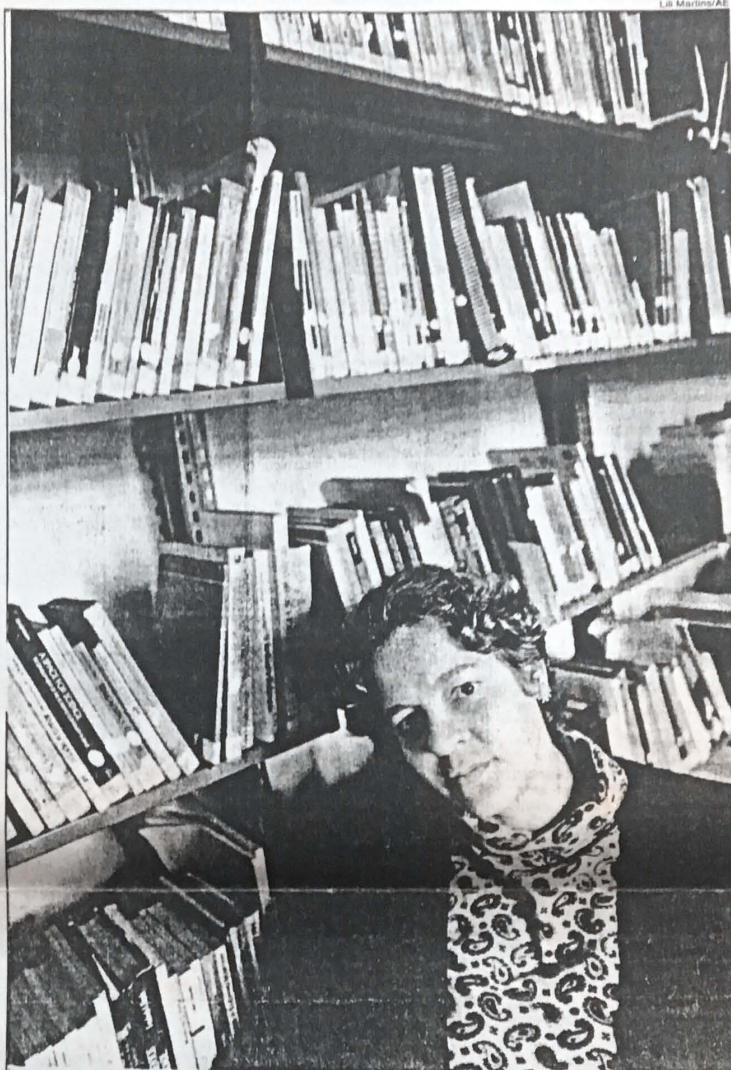
As demais foram assinadas exclusivamente pelo brasileiro, mas sempre dependeram de alguma interação com grupos de pesquisa de outro países. "É muito difícil fazer boa ciência sem relacionamento internacional", comenta Colli. "Está na hora de rompermos as barreiras dos Andes e do Atlântico."

Desde que cumpriu seu pós-doutorado em Nova York em 1970, Colli sempre valorizou a troca de informações com pesquisadores no exterior, mas acha que essas ligações poderiam ter sido ainda mais freqüentes. Por isso, não perde tempo. Recentemente realizou palestras na Alemanha, começa a fazer contatos com o Japão para estudos sobre doença de Chagas e na quarta-feira recebeu estudantes holandeses.

Doutores — Se esse relacionamento parece relativamente comum nas universidades públicas mais conceituadas, ele desaparece em instituições que valorizam os instrumentos de formação profissional e apresentam menor vocação para a pesquisa. O levamento da Carnegie revela que só 30% dos profissionais brasileiros são doutores com regime de trabalho de tempo integral, o que tradicionalmente caracteriza a profissão acadêmica.

Para os padrões internacionais, muitos acadêmicos brasileiros não dispõem de boa qualificação. Poucos são devidamente treinados para realizar pesquisa e teriam dificuldades de sobreviver em um ambiente competitivo, concluíram os organizadores do trabalho.

Esse detalhe explica por que as atividades de ensino representam o principal interesse dos profissionais brasileiros. Com exceção dos profissionais da Universidade de São Paulo, que preferem a pesquisa, a maioria dos professores acredita que eficiência na sala de aula deveria ser o principal critério de promoção nas instituições. (C.S.)

Lili Martins/AE

Elizabeth: mulher casada com filhos dificilmente conseguiria cumprir carga de trabalho exigida no exterior

Walter Colli, do Instituto de Química da Universidade de São Paulo: 87 publicações, 20 das quais com colaborações de colegas estrangeiros

Cresce participação das mulheres na área acadêmica

Índice de 40% é o maior entre os 14 países que foram estudados por pesquisadores

As mulheres compõem 40% da comunidade acadêmica brasileira, segundo a amostra utilizada no estudo internacional. O índice de participação feminina nas instituições de nível superior do País foi o maior entre os 14 países participantes da pesquisa da Carnegie Foundation. No outro extremo, aparecem Japão e Coréia, onde 90% dos profissionais são homens.

A proporção de mulheres entre os acadêmicos brasileiros surpreendeu os organizadores do levantamento porque as estudantes universitárias eram ínfima minoria na cena universitária da década de 60. Na comparação com os homens, o estudo aponta que elas iniciam a carreira profissional dois anos mais cedo, recebem salários menores e dificilmente avançam até o nível de doutorado.

A maior quantidade de acadêmicas encontrada no Brasil pode ser explicada pela característica menos exigente da atividade no País, segundo a coordenadora nacional da pesquisa Elizabeth Balbachevsky, do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes) da Universidade de São Paulo (USP). Pela sua avaliação, uma mulher casada que tenha filhos dificilmente conseguiria cumprir a carga de trabalho imposta por várias instituições estrangeiras.

Frustração — No Brasil, o baixo índice de doutoras pode ser explicado pelas atribuições familiares. Por não ser mãe, a professora do departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais Maria Ignez Costa Moreira pôde partir para o doutorado três anos após a conclusão do mestrado.

"Sei que represento uma minoria, até porque as verbas das instituições de fomento costumam ser aplicadas preferencialmente em universidades públicas", comenta. Para Maria Ignez, atingir esse grau é fundamental na carreira acadêmica. De acordo com a pesquisa da Carnegie, os profissionais que não alcançam o doutorado amargam a frustração da "profissionalização imperfeita".

Mulheres contratadas por universidades públicas de pequeno porte tendem a acreditar que a liberdade acadêmica não é protegida no Brasil, convicção de 62% de toda a amostragem nacional. A professora do departamento de História da Universidade Estadual de Londrina Rosimeire Angelini Castro discorda dessa tendência. Segundo ela, os profissionais de sua área têm liberdade para decidir sobre a abordagem e o conteúdo dos programas.

Os alunos também dispõem de assento no colegiado do curso e exercem o direito de voto nas decisões do departamento. "A democratização é praxe no nosso centro, mas acredito que a sensação de falta de liberdade seja comum em escolas onde o professor é obrigado a cumprir programa e métodos pré-determinados", explica. (C.S.)